

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil n. 06.2020.00004377-4

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, **JUCELINO ANTÔNIO DE ALENCAR**, brasileiro, casado, portador do RG 1784456, inscrito no CPF 729.808.009-10, com endereço no bairro Alvorada, próximo ao Sest Senat, Chapecó, doravante denominado *compromissário*,

CONSIDERANDO que o artigo 90, inciso XII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 91, inciso I, da mesma Lei;

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que as áreas de preservação permanente, cobertas ou não por vegetação nativa, têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (artigo 3º da lei n. 12.651/12);

CONSIDERANDO que a Lei 12.651/12 autoriza a intervenção em

área de preservação permanente apenas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente licenciada pelo órgão ambiental responsável (§2º do art. 8º);

CONSIDERANDO que o Plano Diretor de Chapecó considera como área de preservação permanente - e, portanto, não edificável - as faixas marginais com largura mínima de 30m, para os cursos d'água natural de 10m de largura (inciso I do §1º do art. 60);

CONSIDERANDO que o Código de Obras de Chapecó determina que obras de construção, acréscimos, modificações ou restaurações, no Município de Chapecó, devem possuir prévio licenciamento emitido pelo órgão municipal responsável (art. 3º);

CONSIDERANDO que o Inquérito Civil Público n. 06.2020.00004019-9, que tramita nesta 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, identificou que o compromissário iniciou as obras de ampliação de sua residência sobre a área de preservação permanente, aos fundos do lote 10 da quadra 774, a menos de 1 metro da margem do lajeado Passo dos Índios;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

DO OBJETIVO

Cláusula 1ª: O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade a recuperação da área degradada, em razão da construção de benfeitoria (banheiro) sobre a área de preservação permanente do lote 10 da quadra 774, situado na rua Machado de Assis, 784-D, Jardim Itália, Chapecó.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 2ª: O compromissário compromete-se a interromper imediatamente a obra clandestina identificada no Inquérito Civil Público 06.2020.00004377-4 e a comprovar ao Ministério Público, no prazo improrrogável de 45 dias a demolição do banheiro construído sobre a área de preservação permanente.

Parágrafo primeiro – O compromissário compromete-se a, no mesmo prazo, comprovar a correta destinação dos entulhos provenientes da demolição;

Cláusula 3ª - O compromissário assume a obrigação de não realizar novas intervenções na área em questão, sem a devida autorização dos órgãos ambientais competentes;

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 4ª: Incidirá o compromissário em multa diária de R\$ 500,00, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas deste acordo.

Parágrafo primeiro: As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados.

Parágrafo segundo: O pagamento de eventual multa não exime os compromissários de dar cumprimento às obrigações contraídas.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 5ª - o Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido.

Cláusula 6ª - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo

5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 3 de março de 2021

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

Jucelino Antônio de Almeida
Compromissário

Rafaela Cortina
OAB 41.348